



INFO BNCC E AS IMPLICAÇÕES DOS DISCURSOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Larissa da Silva Garcia ¹

RESUMO

A proposta deste artigo é identificar as demandas e discursos que estão envolvidos no processo de implementação da Base Nacional Comum Curricular e as articulações discursivas que constituem a atual centralidade curricular. A partir disso, investigo com base na Teoria do Discurso as edições do boletim INFOBNCC que se apresenta como um informativo da implementação da Base em todo território nacional. Trata-se de uma pesquisa inicial que procura destacar as implicações desses discursos para as políticas de currículo. Como aporte teórico-metodológico, apoio-me nas discussões de Anped (2020), Laclau (2011), Lopes e Macedo (2011) e Macedo (2014) para interpretar os argumentos analisados ao longo do texto.

Palavras-chave: BNCC, Discurso, Políticas de Currículo.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa insere-se numa perspectiva discursiva de políticas de currículo e visa identificar as demandas e discursos acerca da implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as articulações discursivas que constituem a atual centralidade curricular. Para tanto, compreendo que as políticas educacionais e curriculares, mesmo depois de homologadas seguem em disputa pelo seu significado, seja na escola, nas plataformas digitais, nas universidades, as disputas e as significações nunca cessam. A partir dessas diversas disputas, investigo as edições do boletim INFOBNCC que se apresenta como um informativo sobre a implementação da Base em todo país e

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) - RJ, larissagarcs@gmail.com;



tem o apoio do Movimento Pela Base Nacional Comum (MPBNC) e seus parceiros, que são instituições que apresentam um percurso de influência, principalmente no que se refere a política da BNCC.

Desse modo, me apoio nas discussões da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - Anped (2020), Laclau (2011), Lopes e Macedo (2011) e Macedo (2014) para compreender as implicações desses discursos para as políticas curriculares.

Num primeiro momento, identifico que a Base tem como finalidade atribuir sentidos para o currículo, embora não se apresente como currículo e que seu processo de implementação tem por objetivo padronizar e uniformizar os sentidos e as significações que circulam nesse processo. Além disso, a análise também interpreta que as medidas tomadas afim de se estabelecer como política educacional revelam um caráter avaliativo e regulador da BNCC, pretendendo alcançar uma totalidade (que defendo ser impossível) para o significante qualidade da educação.

Não deixando de fora o contexto atual e as implicações da pandemia para a educação, essa discussão não poderia deixar de fazer parte dessa pesquisa. As três edições do boletim INFOBNCC pautados em como seria o ensino em tempos de pandemia, preocupa-se em desempenhar um papel '*mediador*' de como as escolas devem atuar de acordo com as orientações da Base. Dito isso, destaco que os recursos financiados e promovidos por esses grupos e seus parceiros possuem um viés mercadológico, ou seja, visando o lucro através do acesso da comunidade escolar, além de fortalecer seu controle sobre as instituições de ensino. Após refletir sobre as problemáticas nesse período pandêmico me embaso na discussão da Anped contra o parecer CNE/CP N.11/2020², aprovado no dia 07 de julho de 2020 e que não foi aberto amplamente para consulta pública, mas deixou explícito o papel excludente do documento alinhado à BNCC.

Além disso, comento sobre a *romantização* desses discursos: tudo que é divulgado pelas associações que elaboraram a Base garante que o processo de implementação foi um sucesso, mas não assume discursos contrários que evidenciam problemas e dificuldades diante do mesmo, sendo um deles que podemos citar a falta de recursos dos

² Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/atos-normativos--sumulas-pareceres-e-resolucoes/33371-cne-conselho-nacional-de-educacao/85201-parecer-cp-2020>> Acesso em: 26 de set. 2020.



alunos para acompanhar o ensino remoto, mas fazem propaganda como se todos se beneficiassem dessa aprendizagem, o que não é o caso.

Concluo argumentando que os boletins não deram um espaço maior de debate para as escolas públicas e nem se mostraram preocupados com as circunstâncias de implementação da Base nessas instituições de ensino, acarretando numa responsabilização da escola, ou seja, se a implementação da Base não for bem sucedida a culpa é da instituição que não seguiu adequadamente as orientações impostas pela BNCC, pois os agentes envolvidos em sua elaboração defendem que a Base Nacional Comum Curricular garantirá a qualidade da educação. Isso vincula-se a um discurso de desqualificação da educação pública do país e de seus profissionais, a comparação com modelos curriculares internacionais e a avaliação como ferramenta capaz de regular as proposições defendidas pela Base.

METODOLOGIA

Analiso no presente trabalho as publicações do Boletim INFOBNCC, desde a primeira até a nona edição publicada até o momento de escrita desse artigo, organizado pelo Conselho Nacional de Secretários da Educação (Consed) e pela União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação (Undime), contando com o apoio do Movimento Pela Base Nacional Comum. O objetivo dessas entidades é de disponibilizar o acompanhamento de como vem sendo o processo de implementação da Base no território brasileiro. Pretendo chamar a atenção para o fato de que mesmo Consed e Undime sendo do âmbito governamental não devem ser associadas como única representatividade do setor público, uma vez que, parcialmente não representam os professores e alunos, atores primordiais envolvidos na construção do currículo.

Também interessa ressaltar que o MPBNC conta com diversos grupos financiadores como parceiros, os mesmos que estavam presentes na discussão e possuem maior interesse na defesa da BNCC. Desse modo, opero numa perspectiva discursiva de políticas de currículo, onde visio identificar demandas e discursos em defesa da Base através desses folhetins, afim de interpretar as articulações discursivas que constituem a atual centralidade curricular.



REFERENCIAL TEÓRICO

Com base na Teoria do Discurso na qual opero, me apoio nas discussões de Anped (2020), Laclau (2011), Lopes e Macedo (2011) e Macedo (2014) para analisar os sentidos, demandas e discursos vinculados ao processo de implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). É através dos mesmos autores ao longo do texto que identificarei os interesses dos grupos envolvidos na defesa da Base e a partir disso discutir suas implicações para as políticas de currículo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O boletim INFOBNCC #1 (2019a), disponibilizado no dia 30 de setembro de 2019 apresenta a preocupação dos editores com o processo de implementação da Base e do Novo Ensino Médio em todo território brasileiro, portanto, se apresentam como um folheto que busca acompanhar e divulgar todas as notícias e progressos nesse âmbito, explicitando seu interesse pelas discussões da Base Nacional Comum Curricular.

Para os editores:

“O Consed e a Undime participam desde o começo do processo da construção da BNCC em 2015. Juntos, tiveram papel chave, por exemplo, na indicação dos redatores da primeira versão e na organização dos seminários estaduais de consulta pública da segunda versão. Já na fase de implementação, publicaram o Guia de Implementação da BNCC, com orientações para as redes, e atuam com protagonismo no apoio às equipes das secretarias em cada território.” (MOVIMENTO PELA BASE NACIONAL COMUM, 2019a, p.1)

Apesar de a Base Nacional Comum Curricular apresentar-se apenas como um documento que deve orientar a elaboração do currículo, interpreto que seu objetivo é controlar e atribuir sentidos ao currículo. Após a homologação da BNCC o Movimento



pela Base Nacional Comum lançou um guia de implementação³ que busca padronizar e uniformizar os sentidos e as significações que permeiam sua construção.

Prosseguindo a análise, os informativos INFOBNCC #2, #3 e #4 comemoram o alcance de 100% de seus referenciais curriculares para Educação Infantil e Ensino Fundamental, além dos avanços para as negociações do Novo Ensino Médio.

Nesse caso, é plausível afirmar que esses agentes direcionam um viés avaliativo e classificatório para a Base, pois lhes interessam analisar o aproveitamento da sua implementação no país, tendo como finalidade produzir índices que consideram satisfatórios, reforçando vários mecanismos reprodutivos internacionais. Contando com um currículo com orientações estruturadas à priori para todo território nacional, as testagens em larga escala se tornam mais rigorosas, investindo num papel regulador na efetivação da Base nas escolas e no trabalho docente e do que é aprendido e ensinado nas escolas.

Portanto, é necessário compreender que defender as políticas curriculares internacionais a frente das questões necessárias da educação brasileira e como sendo políticas bem sucedidas não procedem com a realidade. Cada região possui suas especificidades, a prática curricular deve preceder os documentos curriculares, o currículo deve ser construído por todos aqueles que estão na prática escolar. Dessa forma, Lopes e Macedo (2011) afirmam que o processo de uma política curricular em busca de fixação de sentidos está inclinada ao fracasso.

Sendo assim, os folhetins INFOBNCC #5 e #6 dão continuidade à discussão, resultando na ênfase do início do currículo e práticas pedagógicas alinhadas à Base nas instituições de ensino de todo país, e por isso, convida toda a equipe escolar (menos os alunos) a debaterem sobre o que se pretende ensinar a partir das orientações dadas pela BNCC, enquanto no Novo Ensino Médio as consultas públicas continuam com expectativas de alcance de 100% no final do ano de 2020.

Dito isso, tais grupos buscam através de uma manobra regular não apenas conteúdos, mas também os atores sociais que estão envolvidos nesse processo, visando hegemonizar seus discursos, sentidos e suas demandas, intervenções que influenciam diretamente no currículo. Macedo esclarece que: “Tenho entendido as políticas

³Disponível em: <https://implementacaobncc.com.br/wp-content/uploads/2020/02/guia_implementacao_bncc_atualizado_2020.pdf> Acesso em: 26 de set. 2020.



curriculares como discursos hegemônicos, mais ou menos efetivos em sua tarefa de suturar a estrutura deslocada, ou seja, de fixar sentidos para educação [e currículo]” (MACEDO, 2014, p.1536). Conseqüentemente, planeja-se que o significante qualidade da educação atue baseado nos interesses desses agentes que pretendem aumentar o controle do que se é ensinado e aprendido nas escolas.

Os boletins INFOBNCC #7 #8 e #9 dão destaque ao COVID-19, a educação durante o isolamento social e a implementação da BNCC em tempos de pandemia, certificando-se que as instituições de ensino adaptem seus materiais e metodologias de acordo com as orientações dadas pela Base, enquanto promovem sites, como o exemplo do *Aprendendo Sempre*, projeto idealizado para auxiliar no ensino e aprendizagem fora do contexto escolar, além de, mapear os recursos que vêm sendo utilizados por cada rede, investindo na formação continuada dos professores para que as intervenções que buscam sejam efetivas e alcancem a totalidade pretendida, nesse caso, o significante qualidade da educação.

Segundo Laclau:

“A totalidade é impossível e ao mesmo tempo requisitada pelo particular: neste sentido, está presente no particular como aquilo que está ausente, como uma falta constitutiva que força constantemente o particular a ser mais do que ele mesmo, a assumir um papel universal que só pode ser precário e não suturado.” (LACLAU, 2011, p. 41-42).

Com base na perspectiva discursiva na qual opero, defendo que tal fechamento é impossível de ser alcançado, considerando que o discurso se constitui de modo descentralizado e que sua estrutura não permanece fixa. Dessa forma, sempre haverá no que concerne a linguagem, novos sentidos e ressignificações em torno de uma articulação discursiva, que serão sempre provisórias e contingentes.

Argumento ainda que tais plataformas, parcerias, materiais, cursos e consultorias surgiram com uma proposta mercadológica, afim de conseguir mais consumidores para seus produtos, nesse caso: alunos, professores, gestores e etc. Mesmo que alguns recursos sejam promovidos como “gratuidade” não são bem assim, pois foram disponibilizados com o interesse de gerar lucro e disseminar a proposta da BNCC, fazendo com que as pessoas simpatizem com as propostas oferecidas pela Base.



Tendo em vista esse panorama, os discursos utilizados pelos informativos causam preocupação já que não deixam explícitas as dificuldades encontradas nas adaptações, a exclusão dos alunos que não possuem internet ou recursos para acessá-la em casa, a falta de proposta para professores à cursos de formação continuada, causa ainda o questionamento: ensino remoto para quem? A partir dessa reflexão, concordo com o documento *“Manifestação do Grupo de trabalho de Educação Especial (GT15) da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e a Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial (ABPEE), acerca do Parecer CNE/CP N.11/2020, em sua versão pré homologação, que dispõe sobre as orientações Educacionais para a Realização de Aulas e Atividades Pedagógicas Presenciais e Não Presenciais no contexto da Pandemia⁴”*.

De acordo com a Associação:

“Diversos estudos divulgados no âmbito da Anped têm apontado que é impossível garantir as condições apropriadas de ensino para retorno às aulas presenciais em tempos não só de pandemia, mas devido ao sucateamento da educação pública, produzido especialmente pelo atual governo. Assim, consideramos que o debate pedagógico vai para além do que está previsto no referido Parecer. O discurso que atravessa o caráter da qualidade do privado em desmerecimento do público, além de reforçar o ensino remoto, desconsidera aqueles que não têm acesso e condições de caminhar pelo solo arenoso que ainda é, no Brasil, o do meio digital. Permanece ainda o fundamento negacionista no documento, como se fosse possível replanejar a educação de modo que qualquer prejuízo vivido durante a pandemia seja superado.” (ANPED, 2020, p.2)

A elaboração do parecer contou com as contribuições de Consed e Undime entre outras entidades, sem disponibilização de consulta pública ampliada. Ainda consta no mesmo que os estudantes da educação especial não devem exercer as atividades presenciais, promovendo a exclusão dos mesmos, o que pode considerar-se um grande retrocesso para a educação, em seu sentido amplo.

⁴ Disponível em:

<https://anped.org.br/sites/default/files/images/manifestacao_do_gt15anped_e_abpee.pdf> Acesso em: 26 de set. 2020.



A análise dos boletins e do parecer apresenta muitas questões, mas também traz a ausência de outras. Apesar do INFOBNCC ser apresentado como um boletim a qual fornece informações sobre educação no seu conceito mais amplo, é perceptiva a falta de imparcialidade em alguns conteúdos que se relacionam com o conceito da atual política educacional. Para as publicações, não existem problemas, apenas avanços e situações favoráveis, como no caso da Pandemia, onde procurou-se estabelecer e vender produtos, sem ter uma preocupação específica com aqueles que não podem ter acesso as plataformas e recursos em casa, enquanto o parecer se apresenta como algo conservador, que não se preocupa com a inclusão escolar, apenas com o papel de estar colocando novamente os alunos dentro da escola. Dito isso, as singularidades dos estudantes, docentes, gestores que constituem a comunidade escolar são ignorados para que assim haja uma homogeneização desses discursos qualificados como determinantes na criação dessa política educacional e com isso, ao invés de ampliar as possibilidades democráticas, minimiza-as por ser excludente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão apresentada no presente artigo ainda é inicial, portanto, pretende-se a partir desta continuar investigando os discursos que aqui foram abordados e levantar outras reflexões.

Desse modo, interpreto a Base Nacional Comum Curricular como uma política de centralidade curricular, que foi idealizada por meio de articulações de demandas de grupos empresariais, instituições filantrópicas, docentes e gestores que buscam se representar como "todos" que lutam por uma educação de qualidade através da atual política educacional. Interpreto essa centralidade curricular ofertada pela Base como articulada às demandas por avaliações externas. Tais avaliações tem por objetivo regular o outro, sedimentando conteúdos que tentam fixar o que deve ou não ser ensinado e aprendido nas instituições de ensino. Desse modo, são hegemonzados discursos para o cumprimento dessas demandas, que pretendem alcançar uma totalidade que é impossível.

No que diz respeito ao nosso atual contexto de pandemia devido ao COVID-19, percebe-se que a preocupação está voltada para um firmamento da Base nas atividades e práticas pedagógicas *online*, pouco preocupando-se com a comunidade escolar, pois



propõe medidas como no caso do parecer do CNE que acabam se tornando excludentes e procuram se fortalecer através de um marketing atraente que engana seus consumidores à primeira vista, pois tratam-se de ofertas que quando investigadas a fundo não correspondem com o que se é divulgado, porque existe todo um cuidado para esconder dificuldades e resultados que para esses grupos não se apresentam como sendo satisfatórios.

De maneira parcial, observo que a escola não surge como protagonista dessa política educacional, pois pouco foi mencionado sobre as opiniões da comunidade escolar, além disso, nenhum boletim apresentou discursos contrários a BNCC. Os boletins pouco incluíram assuntos referentes as escolas públicas e quais seriam as circunstâncias de implementação da Base. Vimos uma grande comemoração com o alcance de 100% de seus referenciais curriculares para as etapas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, mas não existe registros de quais obstáculos poderiam ser encontrados pelos professores e alunos, por exemplo. Argumento ainda que algumas notícias transferem para a escola responsabilização de implementar a Base de maneira efetiva (*accountability*). Os discursos que pretendem assegurar que a BNCC e somente a BNCC garantirá a qualidade da educação brasileira estão relacionados com à desqualificação da educação pública do país e aos seus profissionais, a comparação com modelos curriculares internacionais e a avaliação como ferramenta capaz de regular as proposições defendidas pela Base.

REFERÊNCIAS

LACLAU, Ernesto. **Emancipação e Diferença**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

LOPES, Alice Casimiro. Discursos nas políticas de currículo. **Currículo sem Fronteiras**, v. 6, p. 33-52, 2006.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

MACEDO, Elizabeth. Base curricular comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. **E-curriculum**, v. 12, n. 3, p. 1530-1555, dez. 2014.

MOVIMENTO PELA BASE NACIONAL COMUM (org.). **INFOBNCC #1**. 2019a. Disponível em: <<http://movimentopelabase.org.br/acontece/boletim-infobncc-no1/>> Acesso em: 26 de set. 2020.

MOVIMENTO PELA BASE NACIONAL COMUM (org.). **INFOBNCC #2**. 2019b. Disponível em:



< <http://movimentopelabase.org.br/acontece/boletim-infobncc-n2/>> Acesso em: 26 de set. 2020.

MOVIMENTO PELA BASE NACIONAL COMUM (org.). **INFOBNCC #3**. 2019c.
Disponível em:

< <http://movimentopelabase.org.br/acontece/boletim-infobncc-n3/>> Acesso em: 26 de set. 2020.

MOVIMENTO PELA BASE NACIONAL COMUM (org.). **INFOBNCC #4**. 2019d.
Disponível em:

< <http://movimentopelabase.org.br/acontece/boletim-infobncc-n4/>> Acesso em: 26 de set. 2020.

MOVIMENTO PELA BASE NACIONAL COMUM (org.). **INFOBNCC #5**. 2020a.
Disponível em:

< <http://movimentopelabase.org.br/acontece/boletim-infobncc-no5/>> Acesso em: 26 de set. 2020.

MOVIMENTO PELA BASE NACIONAL COMUM (org.). **INFOBNCC #6**. 2020b.
Disponível em:

< <http://movimentopelabase.org.br/acontece/boletim-infobncc-no6/>> Acesso em: 26 de set. 2020.

MOVIMENTO PELA BASE NACIONAL COMUM (org.). **INFOBNCC #7**. 2020c.
Disponível em:

< <http://movimentopelabase.org.br/acontece/boletim-infobncc-no7/>> Acesso em: 26 de set. 2020.

MOVIMENTO PELA BASE NACIONAL COMUM (org.). **INFOBNCC #8**. 2020d.
Disponível em:

< <http://movimentopelabase.org.br/acontece/boletim-infobncc-no8/>> Acesso em: 26 de set. 2020.

MOVIMENTO PELA BASE NACIONAL COMUM (org.). **INFOBNCC #9**. 2020e.
Disponível em:

< <http://movimentopelabase.org.br/acontece/boletim-infobncc-no9/>> Acesso em: 26 de set. 2020